



**Manual do Força Voluntária que consiste em capacitar voluntários para atuarem em situações de desastres.**



Realização

Fundo Comunitário de Reconstrução

Instituto Voluntários em Ação

Instituto Comunitário Grande Florianópolis – ICOM



Projeto Força Voluntária Conteúdos Ana Paula de Assis Zenatti  
Soledad Pamela Yaconi Urrutia de Sousa Revisão de Conteúdo  
Ana Maria Warken do Vale Pereira Revisão ortográfica Liane de  
Assis Zenatti Fotos Banco de Imagens SECOM/SC e Arquivo Diário  
Catarinense Banco de Imagem IVA Projeto Gráfico Júlia Müller  
Sabryna Sartortt

## **SUMÁRIO**

Apresentação

Instituto Voluntários em Ação

Instituto Comunitário Grande Florianópolis - Icom

Departamento Estadual de Defesa Civil Santa Catarina

O Que é ser Voluntário

História do Voluntariado no Brasil

Características e Desafios do Voluntariado

Terceiro Setor: Conceito e Características

Motivação para o Trabalho Voluntário

Ética no Voluntariado

Direitos e Responsabilidades do Voluntário

Benefícios do Voluntariado

Aspectos Legais do Voluntariado: Lei do Voluntariado e Termo de Adesão

Voluntários em Situação de Desastres

Defesa Civil - A Instituição



## Desastres

### Os Principais Desastres em Santa Catarina

Como Ser Voluntário em Situação de Desastre? Organização Frente aos Desastres e Apoio em Situação de Emergência Como Ajudar?

Desastres: Antes, Durante e Depois

Orientação da Defesa Civil : Conceitos Básicos Ações dos Voluntários em Situação de Desastre Rotina do Abrigo Temporário Trânsito de Pessoas no Abrigo Atividades de Manutenção Diária do Abrigo Assistência Religiosa Espaço Recreativo Recursos Humanos para o Espaço Recreativo Campanhas de Doação Importante Recomendações para Doações Conclusão Referências

**APRESENTAÇÃO** O Projeto Força Voluntária nasceu da parceria com organizações não-governamentais, empresas privadas, pessoas físicas e órgãos públicos. Sabedores da importância que os acontecimentos meteorológicos do ano de 2008 tiveram para um número considerável de famílias catarinenses, não poderiam deixar de dar sua colaboração para que a tragédia não se repetisse ou que tivesse um atendimento ainda mais rápido e eficiente, envolvendo de forma mais precisa e organizada, os voluntários. O poder de articulação do ICom juntou-se à expertise do Instituto Voluntários em Ação – IVA, na área do voluntariado, e da Defesa Civil Estadual, na área do atendimento em situação de desastres, para juntos instituírem e operacionalizarem o Força Voluntária. Força Voluntária tornou-se um importante instrumento de mobilização de voluntários motivados, preparados e capacitados para, sob a coordenação e orientação da Defesa Civil, atuarem em situações de desastres. O Manual reúne orientações essenciais para que, os que desejarem contribuir com o Força Voluntária, possam ter conhecimento de importantes informações sobre voluntariado, mudanças climáticas,



defesa civil e outras informações que, certamente, irão contribuir para que os voluntários possam estar preparados para agir em cenários provocados por eventos adversos extremos. O IVA sente-se feliz em poder participar dessa articulação de organizações e oferecer esta publicação que ficará à disposição de todos aqueles que quiserem dar sua contribuição cidadã. Fernanda Bornhausen Sá Presidente Voluntária do IVA

Instituto Comunitário Grande Florianópolis – Icom Prezados Voluntários, O ICom - Instituto Comunitário Grande Florianópolis é uma organização sem fins lucrativos criada para articular e potencializar as ações sociais de indivíduos e empresas. Inspirada no conceito de fundação comunitária, o ICom cria e faz a gestão de fundos de investimento social que reúnem diversos investidores em torno de um plano de ação comum. Com o objetivo de atender de forma eficiente e estratégica as demandas decorrentes da tragédia causada pelas chuvas de 2008 em Santa Catarina, o ICom criou o Fundo Comunitário de Reconstrução. O Fundo contempla ações de reconstrução e de prevenção. Sabemos que além de reconstruir moradias e ONGs danificadas pelas chuvas é preciso investir na capacidade da comunidade em prevenir e responder a situações de emergência. A solidariedade dos brasileiros durante a tragédia no estado catarinense mostrou que a ação de voluntários é uma força essencial para a prevenção e resposta em situações de emergência. É preciso canalizar esta força para gerar ações efetivas e de alto impacto. O ICom uniu-se ao IVA, organização catarinense de referência na mobilização e gestão de voluntários, para criar o projeto Força Voluntária. O Força Voluntária irá mobilizar, cadastrar e capacitar voluntários para que possam ser acionados pela Defesa Civil em situações de desastre. Entre as inúmeras lições que a tragédia nos ensinou, está a de que é preciso unir esforços em prol da comunidade. O ICom sente orgulho de ter unido investidores e parceiros locais em torno de ações inovadoras como o projeto Força Voluntária! Obrigada por fazer parte desta



Força que irá unir e fortalecer os catarinenses! Ester Macedo  
Presidente do Icom

Departamento Estadual de Defesa Civil A Defesa Civil no Brasil está organizada em um sistema nacional, que tem como órgão central a Secretaria Nacional de Defesa Civil. Atua na coordenação e planejamento de ações na ocorrência de eventos adversos, definidas em quatro linhas: prevenção, preparação, resposta e reconstrução. Durante um desastre, órgãos de todas as esferas, comunidades e organizações não-governamentais devem atuar em sintonia, buscando minimizar os efeitos de uma emergência aos afetados. Após o desastre de 2008, a população de Santa Catarina precisou aprender algumas lições sobre comportamento social, cultural e ambiental. Os resultados daquele evento meteorológico foram negativos e destrutivos, mas alguns ensinamentos puderam ser aprofundados. A atuação dos grupos de voluntários foi essencial para que trabalhos de triagem de roupas, carregamento de caminhões, montagem de cestas básicas e atendimento às pessoas fossem realizados de forma que pudesse atender a todos os afetados. Integrados, o órgão estadual e o IVA acreditam que este manual representa uma importante ferramenta de compreensão do problema e capacitação daqueles que buscam soluções durante uma situação de emergência. Os desastres naturais sempre irão ocorrer, como afirmam especialistas mais otimistas, e com maior intensidade, devido as mudanças climáticas ou pela ação do homem. Cabe à sociedade e ao poder público atuar na redução do risco de desastres com projetos de conscientização e dedicação, no intuito de minimizar os impactos de intensos eventos adversos.  
Márcio Luiz Alves Diretor Estadual de Defesa Civil Florianópolis/SC

**INTRODUÇÃO** O Manual orienta para uma atuação consciente e responsável de voluntários cadastrados junto ao projeto Força Voluntária e aos interessados em somar esforços nas ações da Defesa Civil. A atuação ocorrerá durante situações de desastres, possibilitando o resguardo e a segurança social, bem como em ações de controle e prevenção. O conteúdo deste material



apresenta dados sobre conceitos e a importância do voluntariado, seu papel na construção de uma sociedade melhor e seus deveres e responsabilidades no momento de sua atuação. Destaca os mecanismos de funcionamento da Defesa Civil, os principais desastres que ocorreram em Santa Catarina e as possibilidades de inserção do serviço voluntário na prevenção, preparação, resposta e reconstrução. O conhecimento e a preparação dos voluntários permeiam o sucesso de sua atuação nas situações de desastre. O Manual de Voluntários para atuar em Situação de Desastre apresenta-se como um instrumento fundamental para entender melhor o que significa ser um voluntário nas consequências de eventos adversos extremos, garantir a sua segurança e estimular a redução dos riscos de desastres.

**O QUE É SER VOLUNTÁRIO?** Ser voluntário é doar o tempo para causas de interesses sociais. A ação voluntária requer preparação e responsabilidades. O voluntariado é uma forma de participação cidadã, da qual todos os indivíduos, sem restrição física, social, de escolaridade ou financeira, podem participar. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), no Manual do Voluntário: Mesa Brasil SESC, “o voluntário é o jovem ou adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos”. No Brasil, a Lei 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre os serviços voluntários, define o voluntariado como o trabalho não-remunerado realizado por pessoas físicas, que não gera nenhum tipo de vínculo empregatício, obrigações trabalhistas ou previdenciárias (Manual do Voluntário, 2007). O voluntário é aquele que está disposto a olhar o outro, importando-se com ele e fazendo algo de bom pela pessoa que pretende ajudar, doando para isso seu tempo, trabalho e talento. Em situações de desastres, os voluntários, devidamente capacitados e em sintonia com os órgãos oficiais responsáveis, podem contribuir trazendo novas idéias, executando tarefas, exercendo funções específicas e,



principalmente, multiplicando esforços. Curiosidade: O vocábulo voluntário vem do latim e está ligado ao verbo querer e à ideia de vontade. Fonte: [www.energiadobem.com.br](http://www.energiadobem.com.br)

**HISTÓRIA DO VOLUNTARIADO NO BRASIL** Antigamente, o voluntariado era ligado a movimentos de cunho religioso, principalmente da área da saúde. O sentimento de solidariedade foi crescendo, passou a ter mais visibilidade e o trabalho voluntário avançou para outras áreas, assumindo cada vez mais um expressivo papel na sociedade brasileira. Hoje, assistimos a um aumento significativo do desejo de ajudar o outro. As fases do voluntariado no Brasil A história do voluntariado no Brasil viveu transformações. Deixou para trás o conceito de caridade e assistencialismo, para passar a ser uma atitude de cidadania e solidariedade. Conforme documentos recentes que registram a história do voluntariado no Brasil, o movimento voluntário pode ser dividido nas seguintes fases: Surgimento O voluntariado surgiu no Brasil no século XVI, quando organizações religiosas introduziram esse tipo de atividade em instituições ligadas à saúde - as chamadas Santas Casas. A primeira Santa Casa de Misericórdia foi fundada em 1543, em Santos (SP). Durante anos, o trabalho foi essencialmente feminino. Na segunda metade do século XIX, o voluntariado passou por uma reorganização institucional, estimulada pela união da sociedade para combater a disseminação de doenças contagiosas. Nesta primeira fase, identifica-se o forte caráter filantrópico e assistencialista das classes elevadas e de maior poder aquisitivo. Estado de bem-estar social No século XX, a partir da década de 30, o Estado passou a desenvolver políticas públicas voltadas à assistência social, atuando nas organizações filantrópicas e criando o chamado “estado de bem-estar social”. No governo do presidente Getúlio Vargas, em 1935, foi instituída a Lei de Declaração de Utilidade Pública, que regulava a colaboração do governo junto às organizações filantrópicas. As iniciativas do governo Vargas deram início à separação entre o que era entendido como direito social (Previdência Social e Consolidação das Leis





Trabalhistas, por exemplo) e o que era visto como filantropia. Em 1942, foi fundada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), presidida sempre por primeiras-damas. A atividade do Estado era de coordenação, pois criava uma série de incentivos para que a sociedade civil e instituições privadas assumissem parte do atendimento às necessidades emergenciais da população. Nesta fase, a caridade e a benemerência – e não o direito – foram os principais reguladores das ações voluntárias e filantrópicas.

**Organização Social** Com o surgimento dos movimentos sociais engajados e reivindicatórios por melhorias urbanas e sociais, no final da década de 50, inicia-se uma fase denominada de voluntariado combativo. Nos anos 70, apesar da ditadura militar vigente, surge um grande número de Organizações Não-Governamentais (ONGs) no Brasil, algumas fomentadas por instituições européias, com o intuito de desenvolver projetos de desenvolvimento no Terceiro Mundo. Em 1979, o governo lança o Programa Nacional de Voluntariado (PRONAV), com o objetivo de apoiar os programas da LBA, por meio da atuação de grupos voluntários espalhados pelo país. No início da década de 80, durante o processo de redemocratização, o movimento voluntário passa a ser intensamente reavaliado e questionado politicamente, muitas vezes associando-se às atividades político-partidárias voltadas à democratização a aos direitos humanos.

**Voluntário cidadão** O quarto momento da história do voluntariado caracteriza-se pela atuação das ONGs, fundações e empresas privadas, numa espécie de co-responsabilidade entre elas e o Estado. No final do século XX, o Brasil passava pelo processo de redemocratização com ajustes políticos, administrativos e econômicos que culminaram na diminuição de financiamentos para a assistência social. Houve a necessidade de organização de um novo voluntariado, voltado ao preenchimento de espaços não assistidos pelo Estado. Nessas condições, a articulação do voluntariado é vista como essencial para a intervenção social, pois possibilita a ação individual para o bem público. A nova cara do voluntariado

O novo modelo de trabalho voluntário foi possibilitado pela atuação de indivíduos





motivados a exercerem sua cidadania, em prol de causas comunitárias. Quando falamos da trajetória do movimento voluntário no Brasil, precisamos mencionar o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho que, em 1993, criou a Campanha da Ação da Cidadania, Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, mais conhecida como Campanha de Combate a Fome. Esse movimento teve significativa importância não só pela grande mobilização que gerou, provocando a criação de comitês de cidadania em grandes empresas, bairros e comunidades, mas principalmente por ter desmistificado o voluntariado, mostrando que todos somos capazes de exercê-lo, sejamos nós mais ou menos pobres, mais ou menos escolarizados, tenhamos mais ou menos tempo livre, enfim, todos podemos e devemos ser voluntários pois temos co-responsabilidade pela realidade que nos cerca.

Em 1996, uma iniciativa do Conselho da Comunidade Solidária criou o Programa Voluntários, com a intenção de promover, qualificar e valorizar o trabalho voluntário no Brasil. O projeto incentivou a criação de Centros de Voluntariado em todo o país, a fim de promover a prática do trabalho voluntário e organizar suas ações por meio de núcleos específicos. Essa ação de incentivo à criação de centros mobilizou lideranças, inicialmente em 10 capitais, multiplicando-se hoje em mais de 60 centros, todas as organizações não-governamentais, com gestão independente e trabalho em rede. A Lei 9.608, de 18 de Fevereiro de 1998, regulamenta o trabalho voluntário e é considerada um avanço para o desenvolvimento do voluntariado no Brasil. Hoje, as antigas concepções de voluntariado, como a caridade, o assistencialismo ou a militância política, estão sendo superadas por um entendimento de voluntariado como ação cívica engajada com a real transformação de nossa sociedade, o exercício da cidadania. O trabalho voluntário significa o avanço da participação da sociedade civil para a solução de problemas públicos, ajudando a consolidar a democracia e a cidadania no país.

**CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS DO VOLUNTARIADO** O papel dos voluntários, antes tido como filantrópico e assistencialista, hoje



representa um marco de transformação social que amplia o alcance desse serviço em diferentes atividades e agrega valores. Na prática atual, dificilmente é possível conceber uma ação social eficiente sem o efetivo envolvimento da comunidade. A participação comunitária na construção de projetos e políticas públicas é um dos principais desafios dos governos e das organizações não-governamentais, que visam colaborar com a construção de uma sociedade mais igualitária. O voluntariado assume, cada vez mais, um papel decisivo, uma vez que participar, segundo o Manual de Procedimentos e Gestão do Voluntariado – Mesa Brasil Sesc, significa “assumir responsabilidades e investir tempo, serviço e dedicação na solução de problemas e nas exigências comunitárias e solidárias”. O voluntário do século XXI precisa ter consciência de suas responsabilidades junto à organização com a qual irá colaborar, assumindo compromissos e respeitando os interesses e objetivos da mesma. O estímulo ao voluntariado no país também é um desafio atual. De acordo com o documento Portal Voluntários On-Line - uma proposta que utiliza a internet como ferramenta principal para promover o voluntariado - entre as possibilidades que podem vir a facilitar a gestão do voluntariado e o seu incentivo, destaca-se o uso da internet. É um importante caminho para uma pessoa interessada em conhecer sobre oportunidades de voluntariado, possibilitando, também, o voluntariado virtual, que amplia o leque de pessoas que poderão desenvolver trabalhos voluntários. Acesse o site: [www.voluntariosonline.org.br](http://www.voluntariosonline.org.br) 16

**TERCEIRO SETOR: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS** O que é o Terceiro Setor? O primeiro setor é o governo, que é responsável pela execução e prática das políticas públicas em todos os níveis: municipal, estadual e federal. O segundo setor é o privado, composto pelas empresas e serviços que visam lucro. O terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não-governamentais, que têm como objetivo gerar serviços de caráter público. É composto por fundações e associações que, muitas vezes, assumem nomes fantasias como Instituto, Sociedade, Ação



social, entre outros. O trabalho voluntário atual, que preconiza a responsabilidade e a disponibilização de tempo e de conhecimentos pessoais para benefício de outros ou de uma causa, pode mudar a qualidade de vida de muita gente, até mesmo de uma comunidade. Todos os voluntários que fazem parte do terceiro setor podem contribuir com sua comunidade, cidade, estado e país, minimizando assim os impactos dos problemas sociais. O Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo à incorporação dos conceitos de solidariedade e cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (Rubem César Fernandes, 1995).

**MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO VOLUNTÁRIO** Durante as enchentes de 2008, em Santa Catarina, voluntários de diferentes regiões do Brasil e do mundo sensibilizaram-se com as vítimas afetadas pelo evento adverso extremo. Entre os diferentes motivos que levaram os voluntários a querer abrir mão do conforto de suas casas para ajudar numa situação de desastre, destacam-se sentimentos como solidariedade, vontade de ser útil a alguém e a vontade de fazer a diferença. Para alguns voluntários, o fato de ajudar aos outros possibilita uma realização pessoal, sem esperar nada em troca. Para outros, trata-se de uma forma de retribuir à sociedade o conhecimento e experiências adquiridas ao longo da vida, principalmente quando se estuda em escolas ou universidades públicas. Para outros, pode ser apenas a oportunidade de ter uma ocupação para o seu tempo livre, às vezes produto da situação de aposentadoria ou desemprego. Os motivos que levam uma pessoa a tornar-se voluntária podem ser variados. Segundo alguns estudos, o trabalho voluntário pode melhorar a auto-imagem, promover um sentimento de realização e competência ou ainda agir como um antídoto para o estresse e a depressão. Os cidadãos engajam-se em atividades voluntárias para exercer sua cidadania na defesa de



seus direitos e dos outros. O importante é que a ação voluntária nasça de um desejo pessoal, nunca imposto, e que seja focada nos interesses e habilidades individuais, favorecendo assim resultados de sucesso

**ÉTICA NO VOLUNTARIADO** O trabalho solidário, por meio do voluntariado, respeita valores, regras e princípios éticos, como em qualquer profissão. Todo voluntário possui uma motivação e, independente desta, é essencial integrar responsabilidades e ética na função a ser executada. Entre os valores necessários: o respeito, a solidariedade, a igualdade e o senso de justiça. Para torná-los reais, o voluntário precisa praticá-los com responsabilidade e, especialmente, ética. Conforme material da Merrill Lynch sobre voluntariado, disponível pelo site [www.wstech.org](http://www.wstech.org), ética corresponde a regras ou princípios que ajudam a mostrar a diferença entre o certo e o errado. “A ética nos diz a coisa certa a fazer em muitas situações. A Regra de Ouro ‘faça aos outros aquilo que espera que os outros façam a você’ sugere que você se pergunte: eu gostaria que isto fosse feito a mim? Se a resposta for não, então não faça o mesmo aos outros”, diz a empresa. O voluntário, além de responsável, precisa ser uma pessoa confiável, gostar e saber trabalhar em equipe e ter vontade de aprender sempre mais. “Esperamos do voluntário consciência sobre a causa da organização. Que ele tenha identificação com a missão e trabalhe com a certeza de que seu esforço faz uma imensa diferença”, aponta a coordenadora de voluntários da Associação Cristã de Assistência Social, de Curitiba (PR), Steffany Chang, em relato extraído do Manual do Voluntário do Instituto HSBC Solidariedade.

**Princípios Básicos do Voluntário** reconhecer e respeitar a dignidade e a cultura de cada ser humano; reconhecer o direito de cada homem, mulher e criança de associar-se livremente, sem distinção de raça, religião, condição física, social e econômica; oferecer seus serviços aos demais, sem qualquer remuneração, individualmente ou por meio de esforço conjunto; detectar as necessidades e



estimular a participação da comunidade na resolução dos próprios problemas; promover a responsabilidade social, a participação cidadã, a comunidade, a solidariedade internacional; e melhorar a qualidade de vida, fornecendo respostas aos grandes desafios do mundo atual. Fonte: Manual de Procedimentos e Gestão do Voluntariado/SESC Não basta querer ser voluntário se você não tem o interesse de assimilar estes princípios ou seguir determinadas regras. Respeite este serviço e seja ético para melhor atender à sociedade.

Assim como em qualquer área de trabalho, o voluntariado também tem direitos e responsabilidades. Como o voluntário irá se dedicar a um trabalho que, muitas vezes, pode diferenciar-se de sua atividade profissional, é preciso conhecê-los. Após o compromisso assumido, a tarefa deve ser cumprida dentro das regras e acertos já estabelecidos pela organização para a qual se trabalhará. Além das responsabilidades, o voluntário também possui direitos que o valorizam e contribuem para uma melhor atuação.

É **DIREITO** do voluntário: realizar um trabalho que o valorize e que seja um desafio para ampliar habilidades ou desenvolver outras; receber apoio, reconhecimento e estímulo no trabalho que desempenha; ter suas tarefas e responsabilidades descritas com clareza e objetividade; promover integração como voluntário na instituição onde presta serviços e ter as mesmas informações que a equipe remunerada; participar das decisões da sua atividade voluntária e contar com materiais essenciais para sua execução; respeitar os termos acordados, com relação a sua dedicação e tempo doado; sugerir mudanças no seu trabalho voluntário, respeitando a cultura local; ter oportunidades para melhor aproveitamento de suas capacidades ao receber tarefas e responsabilidades conforme seus conhecimentos, experiência e interesse.

Cabe ao voluntário a **RESPONSABILIDADE** de: conhecer a instituição e/ou a comunidade onde presta serviços, com o intuito de



trabalhar de acordo com a realidade social; escolher cuidadosamente a área onde deseja atuar; conhecer as atividades que lhe foram atribuídas; ser responsável no cumprimento da atividade que lhe foi dirigida; respeitar valores e crenças das pessoas com as quais trabalha; trabalhar de forma integrada e coordenada com a instituição onde presta serviço; manter em absoluto sigilo assuntos confidenciais; usar de bom senso para resolver imprevistos, além de informar aos responsáveis; comunicar à instituição, se for do seu desejo ser desligado temporária ou definitivamente; se comprometer apenas com o que, de fato, puder cumprir; respeitar as pessoas com as quais trabalha; e aproveitar os treinamentos oferecidos e agir com atitude. Fontes: Manual de Procedimentos e Gestão do Voluntariado/SESC e Manual do Voluntário - Instituto HSBC Solidariedade Comunidade Ao conhecer as atribuições e benefícios, o voluntário estará mais preparado para integrar este grupo interessado em colaborar com uma causa de maneira ética, responsável e criteriosa.

**BENEFÍCIOS DO VOLUNTARIADO** A gratificação do serviço voluntário está relacionada ao crescimento pessoal. Quem realiza um trabalho não-remunerado, pensando em fazer bem a outras pessoas, recebe em troca o fortalecimento da auto-estima e o sentimento de bem-estar devido à atitude altruísta de ajuda ao outro. Quando você se envolve em atividades voluntárias, independente da organização onde vai atuar ou a causa que vai apoiar, descobre novas habilidades e potencialidades e aumenta o círculo de amizades. Encontra-se entre os benefícios do voluntariado, segundo a WStech Consultoria e Financeira, “desenvolver atividades com poucos recursos, sem desperdício, tendo um melhor aproveitamento do que está disponível, fortalecimento do espírito de equipe e participação na construção de uma sociedade mais justa”. Outros benefícios do voluntariado podem ser a aquisição de habilidades e qualidades como liderança, melhor comunicação, maior facilidade de relacionamentos interpessoais, resolução de conflitos, além do aprendizado para o





trabalho em equipe. Importante lembrar que todo o aprendizado adquirido no trabalho voluntário poderá ajudar o voluntário na sua vida pessoal e profissional. O serviço voluntário promove um elenco de benefícios, que atinge todos os envolvidos. O maior beneficiário deste serviço é a sociedade, que terá sua comunidade e seus problemas atendidos, tais como reduzir problemas sociais e provocar maior inclusão social, buscando melhor qualidade de vida.

**ASPECTOS LEGAIS DO VOLUNTARIADO: LEI DO VOLUNTÁRIO E TERMO DE ADESÃO** Desde 1998, o voluntariado é legalmente protegido e organizado, quando foi sancionada, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a Lei 9.608. O documento prevê que a atividade, não-remunerada, é exercida em entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, e com objetivos sociais, educacionais e cívicos, de forma que não há vínculo empregatício do voluntário com a instituição. Portanto, voluntário, antes de iniciar esta jornada você deverá conhecer e estudar a legislação para entender melhor o tipo de serviço que irá realizar. A Lei do Serviço Voluntário possui dois grandes méritos, segundo afirma o Manual de Procedimentos e Gestão do voluntariado – Mesa Brasil SESC: dá status a uma realidade pouco difundida no Brasil e esclarece a distinção entre voluntário e empregado. Candidatos se apresentavam como voluntários para, em seguida, forjar um vínculo empregatício com a instituição para a qual trabalhavam. A lei, no entanto, protege estas organizações. A legislação prevê que, para concretizar a atividade, deverá ser assinado um Termo de Adesão entre a organização e o voluntário. O Termo de Adesão “é uma proteção para o voluntário, pois é neste documento que deverão estar estabelecidas as ‘regras do jogo’. Devem estar claras neste documento quais as atividades a serem desempenhadas pelo voluntário, dias e horários, bem como expectativas de resultado”, explica a WStech Consultoria e Financeira. Nele, devem constar o objeto, as condições de trabalho e a definição do reembolso de despesas, quando for acordado com a organização. A WStech sugere que esse termo seja assinado anualmente.





**VOLUNTÁRIOS EM SITUAÇÕES DE DESASTRES** Até agora acompanhamos informações sobre o conceito de voluntariado, sua história no Brasil, os deveres, direitos e responsabilidades de atuar como voluntário. A partir dos próximos capítulos, conheceremos mais sobre o trabalho da Defesa Civil, os eventos adversos extremos, as situações de emergência e as atividades que o serviço voluntário poderá desenvolver para auxiliar nas ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução de um desastre, podendo agir como agentes de transformação social com segurança e somando esforços para minimizar os impactos.

**DEFESA CIVIL – A INSTITUIÇÃO** Para o voluntário atuar em situações de desastre, é preciso que ele entenda as ações do órgão responsável pela coordenação destes trabalhos, no caso, a Defesa Civil. O órgão atua em todos os níveis (municipal, estadual e federal) no planejamento e defesa permanente na ocorrência de eventos adversos extremos. Sua principal atribuição é a redução de risco de desastres. Sua estrutura é organizada por meio do Sistema Nacional de Defesa Civil, que tem no município e na comunidade os seus elos mais importantes, graças à participação e organização do cidadão. A participação do cidadão é uma responsabilidade garantida por lei. O artigo 144 da Constituição Federal, que trata sobre a segurança pública dos cidadãos brasileiros, destaca que, apesar de ser um dever do Estado, a segurança pública é também direito e responsabilidade de todos. Ou seja, a população tem responsabilidade pela segurança comum e não pode ficar aguardando a atuação das entidades públicas responsáveis. Em situações de desastre, a sociedade civil dinâmica e organizada ajudará a aprimorar a qualidade da assistência externa e a reduzir falhas que acontecem frequentemente por falta de informações, má avaliação das necessidades e formas inadequadas de ajuda. Para que a sociedade possa realmente contribuir no processo de defesa civil, seja na prevenção, preparação, resposta ou reconstrução de desastres, precisa estar organizada, informada e preparada para agir de forma articulada com o poder público, garantindo assim o



bem-estar de todos. Conheça mais sobre a Defesa Civil em Santa Catarina acesse: [www.defesacivil.sc.gov.br](http://www.defesacivil.sc.gov.br) 26

**DESASTRES** O que caracteriza um evento adverso como um desastre? As manifestações do clima sempre existiram, tais como chuva forte, vendavais, tornados e seca. Nas últimas décadas, porém, estes efeitos tornaram-se mais constantes, consequência que, segundo cientistas, é causada pelas mudanças dos fatores meteorológicos. Especialistas garantem o aumento de temperaturas, intensidade ou escassez de chuvas e maior frequência de desastres naturais. Quando os eventos ocorrem e afetam a sociedade, a incapacidade do homem de resposta aos resultados dos eventos meteorológicos é o que caracteriza o desastre. De acordo com a Política Nacional de Defesa Civil, o desastre é o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e/ ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais. A origem pode ser natural (fenômenos ou desequilíbrios da natureza), humana (ações ou omissões do homem) ou mista (ações ou omissões humanas contribuem para intensificar ou agravar os desastres naturais). Situações como acidentes de trânsito, epidemia de Aids e violência urbana também são consideradas desastres. O que configura um evento adverso como um desastre, além da incapacidade de resposta do homem, é o dano que causa a uma comunidade e a extensão dele. Os principais eventos adversos

**Furacões** O furacão é um tipo de ciclone tropical, acompanhado de raios e trovões, com ventos que podem ultrapassar 390 km/h e causar danos catastróficos nas zonas costeiras e a centenas de quilômetros em terra. Todo o Atlântico e áreas costeiras do Golfo do México estão sujeitos aos furacões ou tempestades tropicais.

**Tornados** São redemoinhos de vento formados na baixa atmosfera, apresentando-se com características de nuvens escuras, de formatos afunilados, que descem até tocar a superfície da terra, com grande velocidade de rotação e forte sucção. Destrói em sua trajetória grande quantidade de edificações, árvores e outros



equipamentos do território. O tornado supera a violência do furacão, ainda que seu tempo de ação seja mais curto e atinja menor área de extensão. Tsunamis Os tsunamis são séries de ondas gigantescas, criadas por uma movimentação submarina, como um terremoto, deslizamento, erupção vulcânica ou meteorito. Um tsunami pode se mover a centenas de quilômetros por hora em oceano aberto e atinge um pedaço de terra com ondas de até 30 metros ou mais. Da área onde se origina o tsunami, as ondas viajam em todas as direções, atingindo grandes proporções ao chegar à margem. Quando a onda chega à margem, ela se constrói em altura. Pode haver mais de uma onda e a seguinte pode ser maior que a anterior. Esse é o motivo pelo qual um pequeno tsunami na praia pode ser uma onda gigante a quilômetros de distância. Podem ocorrer mortes, principalmente por afogamento, e muitos outros danos, como inundações, contaminação de água potável e incêndios. Deslizamentos São fenômenos provocados pelo escorregamento de materiais sólidos, como solos, rochas, vegetação e/ou material de construção ao longo de terrenos inclinados. Os deslizamentos em encostas e morros urbanos estão ocorrendo com maior frequência nos últimos anos, devido ao crescimento desordenado das cidades, com a 28 ocupação de novas áreas de risco.

A época de ocorrência dos deslizamentos coincide com o período das chuvas, intensas e prolongadas. Nos morros, os terrenos são inclinados e, quando a água entra na terra, pode acontecer um deslizamento e destruir as casas que estão embaixo. A distribuição geográfica de escorregamentos no Brasil vem afetando mais os estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Enchentes Existem diferentes tipos de inundações, as quais podem ser repentinas, bruscas ou enxurradas que ocorrem em regiões de relevo acentuado, montanhoso, como na região Sul do País. Acontecem pela presença de grande quantidade de água num curto espaço de tempo. Seca ou Estiagem A seca ou estiagem



é um fenômeno climático causado pela insuficiência de precipitação pluviométrica ou chuva em uma determinada região por um período de tempo muito grande. Há, porém, uma pequena diferença entre seca e estiagem: estiagem é o fenômeno que ocorre num intervalo de tempo, já a seca é permanente. Incêndios Florestais É a propagação do fogo, em áreas florestais e de savana, como cerrados e caatingas, que ocorre com frequência e intensidade nos períodos de estiagem e está intrinsecamente relacionada com a redução da umidade ambiental.

Os incêndios podem iniciar de forma espontânea ou ser consequência de ações e/ou omissões humanas. Neste caso, os fatores meteorológicos e ambientais são decisivos para incrementá-los, facilitando sua propagação e dificultando seu controle. Raios e Tempestades são caracterizadas por raios e trovões. São produzidas por uma ou mais nuvens de tempestade. Uma típica nuvem de tempestade tem um diâmetro de 10 a 20 km. Cerca de duas mil tempestades estão sempre ocorrendo, o que significa que 16 milhões ocorrem anualmente em A frequência de tempestades em um dado local depende de vários fatores: a topografia, a latitude, a proximidade de massas de água e a posição do continente. Os raios podem ser perigosos e atingir pessoas, árvores e construções. (Fontes: Defesa Civil Nacional e Fema (USA) Federal Emergency Management Agency)

## OS PRINCIPAIS DESASTRES EM SANTA CATARINA ]

Santa Catarina apresenta adversidades atmosféricas e geografia diferenciada, com planícies, serras e planaltos, em sua extensão territorial. A explicação é de Maria Lúcia de Paula Hermann, no Atlas de Desastres Naturais de Santa Catarina, que afirma que estas características tornam suscetíveis as ocorrências de diferentes desastres naturais como enchentes, deslizamentos e, inclusive, furacão. Segundo o material, com período de análise entre 1980 e 2004, sempre existiram no Estado volumes altos de chuva. Blumenau possui registro de inundações e transbordamento



do rio Itajaí-açu desde metade do século 19, mas as consequências destes eventos na época não foram tão prejudiciais devido à baixa densidade populacional na região. Conforme o aumento da ocupação na área, os resultados destes altos níveis pluviométricos tornaram-se graves e preocupantes. Os principais impactos negativos em Santa Catarina, provocados pelas adversidades atmosféricas, são inundações, deslizamentos, estiagens, tornados e marés de tempestade. O evento adverso mais comum em Santa Catarina, desde 1980, de acordo com o Atlas, é a inundação gradual, que ocorre devido as chuvas contínuas. Os anos de 1983 e 84 destacaram-se entre os períodos de enchente devido à quantidade de municípios afetados por este evento, sendo mais de 90 cidades em 83 e quase todo o Estado um ano depois. Em 1995, 1997, 2001 e 2003, os eventos naturais extremos de maior significância foram os granizos, vendavais, inundações bruscas e tornados, além do furacão Catarina, evento inédito, e estiagens em 2004. Neste ano, de janeiro a março, o volume de chuva ficou abaixo do normal provocando seca em muitos municípios do Estado. No final de março, o Catarina atingiu a mesorregião Sul catarinense e danificou edificações, infraestrutura urbana, agricultura, flora e fauna, além de afetar milhares de pessoas. Recentemente, entre setembro e novembro de 2008, choveu ininterruptamente em diferentes regiões de Santa Catarina, causando enchentes, inundações, deslizamentos e 135 mortes. Em 2009, o Estado voltou a ser afetado pela ocorrência de tornados, estiagem, enchentes e chuva de granizo.

**Vulnerabilidade** As comunidades que vivem em áreas de risco são as mais vulneráveis aos efeitos de desastres naturais. As pessoas que habitam essas regiões, quando lá se instalaram, provavelmente não foram preparadas para lidar com a possibilidade de eventos típicos do local onde vivem. Aprender a conviver com a situação torna-se essencial quando os indivíduos recebem informação e conhecimento sobre o desastre. Conforme analisado pelo economista Nicholas Stern, em relatório no ano de 2006, países



desenvolvidos possuem melhores condições de preparação para um evento com a infraestrutura adequada. As nações de baixa renda estão menos preparadas e propícias a ter maiores danos e prejuízos com a ocorrência de alterações no clima. Nestes países, não há a cultura de prevenção e conhecimento sobre desastres até que algum evento de grande prejuízo humano e material ocorra. A informação e o conhecimento sobre desastres não vem acompanhando o aumento das mudanças climáticas e, por isso, os desastres vitimizam cinco vezes mais pessoas do que há 40 anos, conforme estudo da Universidade do Arizona. O aumento ou redução da vulnerabilidade de uma comunidade é diretamente proporcional ao conhecimento e preparação que esta possui. Para se ter mais informações e preparação, já que as previsões são de aumento na frequência de desastres, deve-se começar desde cedo, nas escolas, para que as crianças aprendam o que é um desastre e saibam como se adaptar quando ocorre. Da mesma forma, ao aprender na escola, ela pode ensinar os pais de como proceder durante uma tempestade, enchentes e até um furacão. Ações comunitárias também são interessantes para mostrar aos adultos como se preparar quando é dado um alerta e como proceder durante a ocorrência de um evento.

#### COMO SER UM VOLUNTÁRIO EM SITUAÇÃO DE DESASTRE?

Os desastres são caracterizados pela incapacidade de resposta dos poderes públicos e comunidade a eventos adversos intensos, como visto nos itens anteriores. Ao tomar conhecimento desta situação, especialmente por meio da mídia, as pessoas tendem a sensibilizar-se e adquirem um sentimento de 'quero ajudar'. Como incluir o serviço voluntário neste cenário de caos, sem atrapalhar as atividades das instituições públicas de atendimento a emergência? É essencial que a pessoa interessada em atuar numa situação de desastre procure a Defesa Civil do município ou uma entidade local organizadora das atividades voluntárias. Para facilitar essa intermediação, o IVA, em parceria com outras organizações, instituiu o Projeto Força Voluntária que está organizando bancos de





voluntários devidamente motivados e capacitados, possibilitando assim que a defesa civil saiba com quem poderá contar. O cadastro prévio permite que se organize melhor a atuação de pessoas interessadas conforme formação profissional, capacitações na área de Defesa Civil, disponibilidade de dias e horários, etc. É fundamental que o voluntário esteja cadastrado antes do desastre acontecer, pois, durante o evento, a falta de preparação e conhecimento sobre o assunto acaba prejudicando qualquer iniciativa. Você já faz parte do Força Voluntária? Se você ainda não realizou seu cadastro, acesse [www.forcavoluntaria.org.br](http://www.forcavoluntaria.org.br). Em parceria com a Defesa Civil catarinense, o Força Voluntária está formando um banco de voluntários que poderá ser acionado pelo órgão estadual durante um desastre. O voluntário não precisa ir muito longe para ajudar durante um desastre. Antes de organizar sua mochila pensando em ir a um território desconhecido e, muitas vezes até perigoso, consulte sua comunidade e município, que poderá ter um Núcleo de Defesa Civil (Nudec) organizado, o que facilitará a comunicação e o acesso às atividades necessárias que poderão ser exercidas pelo voluntário. A articulação e organização dos voluntários junto ao Força Voluntária são recomendações da Defesa Civil de Santa Catarina para evitar que o voluntariado seja visto como mais um problema ao invés da solução. Por experiências no desastre de novembro de 2008, quando muitas pessoas se arriscaram em áreas perigosas, é muito importante que o voluntário esteja capacitado e compreenda as ações do órgão. Portanto, voluntário, se você quer atuar em situações de desastre, além de cadastrar-se no Força Voluntária, estude e conheça mais sobre as ações de defesa civil, para evitar que você também se torne um risco. Dicas Acompanhe as notícias e informações sobre desastres em Santa Catarina por meio da imprensa e do site: [www.defesacivil.sc.gov.br](http://www.defesacivil.sc.gov.br); Estimule discussões sobre o assunto em sua comunidade, junto às escolas, igreja, associação de moradores, etc.; Busque informações em seu município para saber se existe uma Defesa Civil Municipal organizada e articulada; Participe





sempre que possível de palestras, oficinas e eventos sobre o tema. Esteja atualizado e melhor capacitado.

**ORGANIZAÇÃO FRENTE AOS DESASTRES E APOIO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA** No Brasil, não há uma sólida cultura de prevenção de desastres. A preparação comunitária e das organizações públicas para situações de desastre tem recebido mínima atenção, pois não se acredita na ocorrência de grandes desastres naturais. Mas a história prova o contrário. Comunidades que já foram castigadas por grandes desastres, como na cidade de Blumenau, no Vale do Itajaí, tendem a estar mais preparadas para reagir no caso de desastre. É comum a sociedade civil organizada e o poder público local se organizarem de modo improvisado para dar resposta aos desastres. Por isso, voluntário, é preciso que você entenda e esteja preparado para agir em uma situação de desastre. A vontade de colaborar, sem uma preparação adequada, prejudica as operações de resposta das equipes especializadas ou provoca sobreposição de ações, como os exemplos a seguir: Nas enchentes registradas em 2008, no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, dezenas de médicos e estudantes de medicina manifestaram interesse em colaborar com os trabalhos da Secretaria de Estado da Saúde. Muitos deles nunca tinham atuado em situações de desastre e não possuíam conhecimento sobre o assunto e se dirigiram às áreas afetadas sem consultar as equipes de coordenação. Eles colocaram suas próprias vidas em perigo e, ao invés de colaborar com o poder público, passaram a ser um novo fator de risco. Na captação de doações, algumas organizações quiseram colaborar arrecadando donativos, sem saber quais eram as principais necessidades locais; sem consultar as equipes de coordenação e sem um planejamento de triagem e distribuição. O resultado foi uma quantidade excessiva de doações, desnecessárias no momento da emergência, a exemplo de vestimentas, muitas em péssimo estado de conservação e falta de efetivo para triagem e distribuição. De acordo com o Departamento Estadual de Defesa Civil, os recursos financeiros empenhados na contratação de equipes para a triagem



de doações, nas enchentes de 2008, poderiam ter sido empregados em outras necessidades. Para evitar conflitos em situações de emergência, a união das forças, o conhecimento e a organização são indispensáveis para uma resposta eficaz. O ponto de partida para a integração desses três itens é a Defesa Civil Municipal, a qual deve contar com profissionais capacitados e estrutura adequada para a coordenação dos trabalhos, conforme previsto por lei. Durante o desastre, cabe à prefeitura instituir um Comitê de Gerenciamento, no qual serão concentradas e organizadas todas as informações sobre o evento adverso e ações de resposta. A contribuição da sociedade na área de atuação da Defesa Civil - prevenção, preparação, resposta ou reconstrução de desastres - precisa ser organizada, informada e preparada para agir de forma articulada com o poder público. O Força Voluntária trabalha de forma integrada às ações das Defesas Civas municipais e estadual. A demanda por voluntários é repassada de forma articulada e responsável. Se você for chamado, é porque realmente sua ação é necessária.

COMO AJUDAR? Ser voluntário em situação de desastre não significa, necessariamente, auxiliar no meio de uma enxurrada, furacão ou outro desastre. Como veremos nos próximos capítulos, o desastre é dividido em diferentes etapas e a participação da sociedade poderá ocorrer em diferentes momentos. Por isso, de maneira participante e consciente, o voluntário torna-se um transformador do seu meio e poderá possuir distintos graus de comprometimento: Ações mais permanentes, que requerem voluntários com habilidades para exercer funções específicas. Neste caso, o voluntário poderá desenvolver ações permanentes em sua comunidade, como um agente contínuo de transformação social, desenvolvendo trabalhos junto aos moradores de áreas de risco, por exemplo, ou conscientizando jovens sobre a importância de minimização dos riscos de desastres; Ações esporádicas ou pontuais que não, necessariamente, exigem experiência prévia e são determinadas pela durabilidade dos projetos. São os trabalhos



considerados de urgência, quando a mão de obra disponível não é suficiente para atender a uma determinada ação, em situações de emergência. O voluntário poderá atuar na triagem de doações, abrigos, serviços administrativos, entre outras atividades, conforme seu perfil, experiência, capacitação e disponibilidade. Vamos entender e conhecer melhor as diferentes possibilidades de atuação dos voluntários nos próximos capítulos.

**DESASTRES: ANTES, DURANTE E DEPOIS** A atuação frente aos desastres não pode ser limitada ao pós-evento e às vítimas diretas. O campo de atendimento, para ser realmente efetivo precisa ser mais amplo, envolvendo ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução, de maneira integrada. Para fazer frente aos desastres, o planejamento de ações que minimizem as vulnerabilidades e fortaleçam as capacidades próprias da população afetada, é primordial. De acordo com os princípios da Estratégia Internacional para Redução dos Riscos de Desastres (EIRD), da ONU, os danos materiais e humanos provocados por desastres podem ser reduzidos por intermédio de iniciativas que visem à prevenção. Para a minimização de desastres, evitando que eles aconteçam, diminuindo sua intensidade ou aumentando a capacidade das comunidades para resistir a eles, a Defesa Civil atua em quatro diferentes fases, segundo o Manual de Capacitação em Defesa Civil, Sistema de Comando em Operações – SCO: prevenção, preparação, resposta e reconstrução, que podem ser agrupadas em três momentos: antes, durante e depois. Antes do desastre – Etapa mais importante no processo de planejamento da comunidade, pois propicia a preparação para enfrentar os desastres. Nesta podem ser realizadas atividades de prevenção e preparação.

**Prevenção** As políticas preventivas podem minimizar impactos de fenômenos naturais, como as inundações e secas, que não podem ser evitados. As comunidades e famílias podem atuar como atores-chaves para a redução dos riscos. Além das atividades de participação comunitária, educação ambiental ou de âmbito escolar,



é fundamental assegurar o acesso à informação adequada sobre ameaças e vulnerabilidades as quais as comunidades estão expostas, permitindo que elas participem de maneira consciente. Os fenômenos naturais têm características e impactos diferentes e, por isso, geram situações de alerta e emergência distintas. Um terremoto, por exemplo, acontece sem prévio aviso, de forma que os governos precisam colocar em prática ações previstas para esse fenômeno de forma imediata. As estiagens, originadas pela falta de chuva, podem ser previstas com antecedência. Preparação A resposta frente aos desastres será mais efetiva quando existirem mais e melhores medidas de preparação que possam ser adotadas numa emergência. Para isso, é necessário análises das vulnerabilidades e avaliação dos riscos; e que as ações planejadas para a resposta sejam de conhecimento de todos os órgãos, instituições e indivíduos que participarão do processo. Isso significa realizar e participar de atividades periódicas de capacitação, simulação de emergências, planejamento de logística, entre outras, que envolvam a população. A fase de preparação influencia as demais fases de administração de desastres, pois contribui para otimizar a prevenção, no que diz respeito à avaliação e à redução dos riscos; às ações de resposta aos desastres, compreendendo as ações de socorro às populações ameaçadas, assistência às populações afetadas e reabilitação dos cenários de desastres; e atividades de reconstrução. Os planos de resposta que devem ser elaborados nesta fase de preparação para as emergências e que devem ter a participação efetiva de todos os que participam do gerenciamento dos desastres são o Plano Diretor da Defesa Civil e o Plano de Contingência.

Plano diretor de Defesa Civil: É baseado na Política Nacional de Defesa Civil e no programa de governo do estado e/ou município. Deve estar voltado para os aspectos estratégicos, abordando programas, ações, objetivos e metas de longo prazo que envolva as quatro fases de administração de desastres: prevenção, preparação, resposta e reconstrução. O Plano Diretor de Defesa



Civil deve ser integrado ao Plano Diretor Municipal e, entre seus objetivos, deve visar à promoção da defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem. 2 - Plano de contingência: É o documento no qual estarão previstas as responsabilidades de cada organização que participará da resposta ao desastre; as prioridades e medidas essenciais a serem tomadas; e a forma como os recursos serão empregados. O plano de contingência precisa ser elaborado com antecipação, com foco nas ameaças, sendo elaborado um específico para cada possibilidade de desastre. Cada plano determinará diversos aspectos, como localização e organização de abrigos, estrutura de socorro às vítimas, procedimento de evacuação, coleta de donativos, distribuição de auxílios, entre outros. Um dos objetivos principais no planejamento para resposta aos desastres é o da preparação da comunidade e a identificação e o envolvimento engajado de parceiros desde a sua fase inicial de elaboração. Fontes: Os Consegs e a redução de riscos – Capacitação a distância. Modelo básico para Plano Diretor de Defesa Civil- Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Paraná.

Os planos de contingência: Um para cada possibilidade de desastre - permitirão que todos os envolvidos conheçam suas responsabilidades quando o evento ocorrer, dizendo o que cada um deve fazer nas diversas fases de administração de desastres. Devem ser constantemente atualizados e divulgados, para que sejam de conhecimento de todos, inclusive da comunidade. Ao elaborar os planos, os envolvidos devem prever todos os cenários possíveis durante uma emergência, definir a atuação de cada um e as alternativas de resposta. Em Santa Catarina, quando um evento adverso previsível se aproxima, o Departamento Estadual de Defesa Civil, que realiza o monitoramento dos fenômenos naturais durante as 24 horas do dia, em parceria com o Centro de Informação de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Ciram/ Epagri) e apoio de outras instituições, divulga um



alerta, que significa que o fenômeno pode acontecer em determinada região. Quando há certeza que o fenômeno vai realmente acontecer é dado um alarme. Os alertas e alarmes da Defesa Civil são publicados no endereço eletrônico da instituição: [www.defesacivil.sc.gov.br](http://www.defesacivil.sc.gov.br), com informações sobre como proceder no caso de emergências; divulgados para a população, por intermédio da imprensa, conforme sua relevância; e repassados para os municípios que poderão ser afetados, instituições de reposta às emergências e de apoio as mesmas. Durante o desastre: São realizadas as ações de resposta, que compreendem as atividades de socorro, assistência às populações vitimadas e reabilitação de cenários.

Socorro: Engloba as atividades a fim de localizar, acessar e estabilizar as vítimas que estão com sua saúde ou sobrevivência ameaçada pelo desastre; Assistência às populações vitimadas: Compreende atividades logísticas, assistenciais e de promoção de saúde; Reabilitação de cenários: Envolve a avaliação de danos, vistoria e elaboração de laudos técnicos, desmontagem de estruturas danificadas, desobstrução de escombros, sepultamento, limpeza, descontaminação e reabilitação dos serviços essenciais. (Fonte: Os Consegs e a Redução de Riscos – Capacitação a distância )

Conforme as características de cada desastre, as respostas poderão ser organizadas de forma diferente. A capacidade de resposta será de acordo com a preparação e o conhecimento sobre como agir. Depois do desastre A última fase de administração de um desastre é marcada pelas ações de reconstrução, ou seja, de reconstituir e restaurar as áreas afetadas. Os projetos de reconstrução têm por finalidade restabelecer os serviços públicos essenciais; a economia afetada; o moral social; e o bem-estar da população. O desastre também provoca perdas no convívio social das pessoas, desestruturando comunidades inteiras que precisaram deixar suas casas, seus bairros e todas as suas lembranças para morar em outro local, ao exemplo do que aconteceu com muitas





famílias na região do Braço do Baú, em Ilhota, Santa Catarina, nas enchentes de novembro de 2008. Desta forma, as perdas diretamente produzidas pelo desastre somam-se às rupturas das redes sociais (vizinhos, igreja, escola, etc.). Também ocorrem graves danos econômicos e emocionais, dos quais os mais afetados são as crianças e os adolescentes.

**ORIENTAÇÕES DA DEFESA CIVIL** As pessoas voluntárias, interessadas em auxiliar nos trabalhos de defesa civil, devem buscar aproximação com o órgão responsável por essa atividade no município, definir estratégias e planejar ações que priorizem a segurança social, de forma organizada nos municípios que tenham o Força Voluntária. É fundamental que mantenham seu cadastro atualizado nos municípios que tenham o Força Voluntária, pois em uma emergência, poderão ser acionadas, já que farão parte do plano de contingência do município, integrando o cadastro de apoio a emergências da instituição. De acordo com o diretor estadual de Defesa Civil, Márcio Luiz Alves, a preparação antecipada é essencial para a atuação durante o desastre. “O Projeto Força voluntária tem suas ações integradas com a Defesa Civil, o que facilita a atuação do voluntário e promove a potencialização de seus serviços. Assim, é possível montar estratégias e planejar, definindo o papel de cada um no processo, de forma conjunta, e antecipada”, afirma. Segundo Alves, a relação antecipada ao desastre, além de contribuir com as ações de prevenção e preparação, favorece a resposta ao desastre, pois 80% das informações para gerenciar um desastre estão disponíveis antes de este acontecer. “Durante o desastre, aparecem dezenas de instituições e pessoas querendo ajudar, mas, sem conhecimento sobre como agir e sem planejamento, elas tornam mais difícil a administração dos trabalhos, que no momento estão voltados ao atendimento emergencial”, explica. A proteção da população pode e deve ser realizada por todos, direta ou indiretamente, por meio das diversas iniciativas que contribuam para evitar ou minimizar os riscos de desastres.





**CONCEITOS BÁSICOS** Desastre: é o resultado de eventos adversos sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. Danos: é a intensidade das perdas humanas, materiais ou ambientais ocasionadas às pessoas, comunidades, instituições, instalações e aos ecossistemas como consequência de um desastre ou acidente. Prejuízo: é a medida de perda relacionada ao valor social, econômico e patrimonial de um determinado bem em circunstâncias de desastre ou acidente. Risco de desastre: é a estimativa da probabilidade e magnitude de danos e prejuízos em um cenário, resultantes da interação entre uma ameaça ou evento, e as características de vulnerabilidade ou capacidade que esse cenário possui. Ameaça: é um fato ou situação que tem a possibilidade de causar danos e prejuízos caso ocorra. Vulnerabilidade: é o conjunto de características de um cenário resultantes de fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais, entre outros, que aumentam a possibilidade de sofrer danos e prejuízos em consequência de um evento. Fonte: Os Consegs e a Redução de Riscos – Capacitação à distância.

**AÇÕES DOS VOLUNTÁRIOS EM SITUAÇÕES DE DESASTRE** A atuação de voluntários durante uma situação de desastre, como já citado anteriormente, é valiosa para os órgãos de coordenação dos trabalhos, desde que seja organizada e bem orientada. De modo geral, o voluntário pode contribuir muito com o trabalho de Defesa Civil, desenvolvendo ações voltadas a redução dos riscos de desastres e minimização dos danos sociais provocados por eventos adversos extremos. Muitas atividades podem ser desenvolvidas periodicamente e algumas, especificamente, quando a comunidade não foi atingida por nenhum desastre, no período chamado de normalidade pela Defesa Civil; e durante e após o desastre, na fase chamada de anormalidade. O Força Voluntária pretende atuar não somente em situações de desastre mas também nessas situações de redução de riscos de desastre. Fase de normalidade - Algumas atividades que poderão vir a ser desenvolvidas, de forma articulada



com a Defesa Civil, no período de normalidade: Identificar e analisar os riscos locais; Identificar medidas de redução de riscos; Incentivar a educação como forma de prevenção; Cadastrar recursos e os meios de apoio existentes na comunidade; Participação em cursos e treinamentos; Manter seu cadastro em dia para facilitar o chamado em caso de desastre; Manter contato permanente com os órgãos responsáveis pelo gerenciamento de desastres. Os voluntários podem incentivar o desenvolvimento de ações preventivas, principalmente de caráter educativo, que visem à redução dos riscos de desastres. Fase de anormalidade - Dentre as ações que o voluntário poderá auxiliar na fase de anormalidade, durante e após a ocorrência do desastre, estão a triagem de doações, a montagem de cestas básicas até mesmo a assistência em abrigos. SAIBA MAIS Abrigos Após uma emergência, os locais mais carentes de atenção são os abrigos. Conforme informações da Defesa Civil de Santa Catarina e do Manual de Administração de Abrigos Temporários, elaborado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, a administração adequada de abrigos temporários, em situações de desastre, é também uma forma de gerenciar riscos de novos desastres, como a fome e o desajuste social. O planejamento e a capacitação de recursos humanos são as ferramentas mais importantes para o seu sucesso. Segundo o documento, a responsabilidade de organizar um abrigo temporário é do órgão municipal de Defesa Civil, podendo sob forma de cooperação ser organizado pelos órgãos estaduais/e ou federais ou outras entidades governamentais, e contar com auxílio de outras organizações, ao exemplo de entidades não-governamentais e/ou privadas. Para entender melhor o funcionamento dos abrigos temporários é importante conhecer algumas definições: Abrigo: É o local ou a instalação que proporciona hospedagem a pessoas necessitadas.

Abrigo temporário: É o abrigo organizado em uma instalação adaptada para esta finalidade, por um período determinado e/ou específico. Tipos de abrigos temporários: Fixo: Edificações públicas



ou privadas adaptadas para habilitação temporária. Exemplos: Escolas, ginásios, clubes, hotéis, igrejas, quartéis, entre outras. Móvel: Constituído por barracas de campanha para habilitação temporária, em área pré-determinada. Exemplos: campos de futebol, quadra poliesportivas sem cobertura fixa, entre outros. A organização de abrigos temporários deve ter início no período de normalidade e os envolvidos na montagem e administração precisam ser definidos no plano de contingência. O planejamento possibilita ao administrador do abrigo obter eficiência na articulação e mobilização dos recursos humanos, materiais, financeiros e institucionais, já disponibilizados e acordados com os órgãos setoriais de apoio do sistema municipal de Defesa Civil. O estabelecimento do abrigo acontece na fase de anormalidade, após o impacto inicial do desastre. Ainda, conforme o Manual de Administração de Abrigos Temporários, um abrigo deve ser planejado para cada 7 (sete) dias, podendo ser reorganizado na mesma proporção caso seja necessário. Para o gerenciamento de um abrigo, é importante que as tarefas e obrigações sejam bem divididas, visando sempre o maior conforto possível, para os desabrigados. A seguir, alguns pontos importantes que devem ser observados para o estabelecimento e funcionamento do abrigo: Recepção dos desabrigados: Constitui a primeira atividade a ser desenvolvida no abrigo e deve ser priorizada. Compreende o cadastro, o acautelamento dos bens e a disposição das famílias e animais na estrutura do abrigo.

Cadastro dos desabrigados: O cadastro deve ser realizado, preferencialmente, num único momento, de maneira organizada. Um modelo de cadastro, com todas as informações necessárias deve ser previsto na etapa de planejamento do abrigo. O cadastro deve ser prático e de simples compreensão. Não deve ser permitido que os desabrigados entrem portando substâncias alcoólicas, armas de fogo, facas e outros objetos capazes de gerar lesões corporais propositais ou acidentais. Acautelamento de bens: Os bens que ocupam espaço ou que de alguma forma prejudicam a



organização do abrigo devem ser recolhidos, identificados e acautelados em local seguro sob responsabilidade de uma pessoa designada pela administração do abrigo. Os animais devem ser colocados em local não muito afastado, de modo que as famílias possam continuar assistindo-os e disponibilizando os cuidados necessários (alimento e banho). Os alimentos devem ser fornecidos pela coordenação do abrigo. Triage de saúde: A triagem consiste numa entrevista específica realizada pelos profissionais de saúde envolvidos, com o objetivo de identificar possíveis agravos de saúde na população desabrigada e, caso seja necessário referenciá-los à unidade de saúde mais apropriada ou encaminhá-los para atendimento específico no próprio abrigo. Disposição das famílias: É fundamental preservar o núcleo familiar evitando a separação de integrantes de uma mesma família. A disposição de grupos de convívio habitual (pessoas do mesmo bairro, por exemplo) contribui com a minimização do impacto social provocado pelo desastre. As famílias que têm idosos e portadores de necessidade especiais devem ficar em locais de fácil acesso aos banheiros e ao setor de alimentação, entre outros. Almojarifado: É imprescindível a disposição de materiais que possam garantir as condições para a permanência dos desabrigados no abrigo, ao exemplo de utensílios de limpeza e higiene pessoal. O almojarifado é um local de referência para que as pessoas possam adquirir esses materiais. Recomenda-se a confecção de kits básicos a serem distribuídos na triagem inicial. Na montagem dos kits devem ser consideradas informações sobre o número de pessoas desabrigadas, necessidades da família, bem como especificidades de cada grupo, como crianças, mulheres, homens, idosos, entre outros. Fonte: Manual Administração de Abrigos Temporários. Além das necessidades básicas para montagem e administração geral de abrigos temporários, é importante conhecer e observar informações relativas à rotina do abrigo. Para isso, apresentamos um resumo disponibilizado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (Abrigos Temporários – Rotina do Abrigo Temporário )



Rotina do Abrigo Temporário Sugestões de regras para convivência e atividades para o funcionamento do abrigo que possam contribuir para uma permanência harmoniosa entre as pessoas. As regras devem ser: Pré-formuladas pela coordenação do abrigo, e submetidas a uma negociação com os desabrigados; Adequadas ao contexto sociocultural da comunidade afetada; Claras; Válidas para todos; Afixadas em locais de fácil visibilidade; Baseadas nos direitos fundamentais de universalidade, acessibilidade e igualdade.

Durante a permanência no abrigo, que, preferencialmente, para a garantia da saúde física e mental e social dos indivíduos não deve exceder 30 dias, os direitos dos desabrigados devem ser respeitados e o acolhimento deve ser adequado, visando a diminuição do sofrimento desencadeado pelo desastre. Algumas sugestões para a adequada organização e funcionamento do abrigo: Estabelecimento de horários Atividades/ Rotinas Horários Sugeridos Alvorada 7h Café da manhã 7h30min – 8h30min Almoço 12h - 14h Jantar 18h – 20h Abertura / fechamento do abrigo 6h – 23 h Espaço recreativo 8h às 11h e 14h às 17h Outros horários podem ser estabelecidos: horários de banhos, atividade de limpeza atividades educativas, visitas. Circulação de informações Os desabrigados precisam ser informados sobre as ações que estão sendo realizadas. As pessoas responsáveis por repassar essas informações devem ser capacitadas para esse tipo de atividade. O repasse das informações pode ser realizado em grupo, individualmente ou por escrito. Lista de cadastros É a lista gerada após o cadastro que tem por objetivo controlar o quantitativo de desabrigados e os recursos disponibilizados. Uma pessoa ficará responsável pela atualização da lista, que deve ser realizada constantemente. Possíveis atualizações: hospitalização do desabrigado; falecimento do desabrigado; saída definitiva do abrigado; condição de desalojado. A cada atualização a lista deve ser distribuída aos diversos setores do abrigo, a fim de que possa haver controle dos benefícios, tais como refeições e aquisição de materiais de higiene. Os setores que devem receber a lista são de administração, recepção, refeitório e almoxarifado.



Trânsito de pessoas no abrigo Sugere-se que: Seja definido um local que seja a única via de entrada e saída no abrigo; Exista sempre uma pessoa responsável neste local, que pode ser uma pessoa do próprio abrigo, a partir de uma escala de rodízio pré-estabelecida entre os participantes (o que também é sugerido para outras atividades); A entrada e saída de pessoas desabrigadas sejam livres, desde que respeitadas às regras e os horários estabelecidos (direito de ir e vir); Não seja permitida a entrada de pessoas que não estejam abrigadas, exceto quando previamente autorizadas, como por exemplo, para a manutenção dos serviços e às visitas aos desabrigados que se encontram naquele espaço; Todas as pessoas que trabalharem no abrigo sejam identificadas por crachás ou uniformes.

Atividades de manutenção diária do abrigo Sugere-se incentivar a participação dos desabrigados nas atividades de manutenção do espaço físicos; As atividades devem ser selecionadas e apresentadas para os desabrigados que deverão escolher aquelas com as quais se identificam; Tipos de atividades: varrer o chão, limpar os banheiros, cozinhar, lavar louças, retirar o lixo, ajudar nas atividades recreativas; Podem-se utilizar crachás de cores distintas, de acordo com as funções realizadas; Voluntários capacitados podem ajudar na organização dessas tarefas, bem como estabelecer uma escala e auxilia-los quanto aos possíveis problemas. Mas a administração e manutenção do abrigo são de responsabilidade do poder público local. Assistência religiosa A assistência religiosa pode servir como fonte de reestruturação emocional; As manifestações religiosas dentro do abrigo podem ser realizadas respeitando os diferentes credos e a definição do horário e dias de realizações deve ser estabelecida com a coordenação do abrigo em parceria com os moradores temporários do local; Deve-se destinar um local para tais manifestações.

Espaço Recreativo Espaço preparado para estimular as crianças a brincar, possibilitando o acesso a diferentes tipos de atividades lúdicas. Tem por objetivo tornar a permanência das crianças menos





sofrida, proporcionando momentos de distração e convívio com outras crianças. Recursos Humanos para o Espaço Recreativo: Profissionais da rede de serviços públicos do município e Estado (professores, pedagogos, animadores culturais); Voluntários capacitados; Responsáveis (familiares). Sugestões: Participação de crianças de 1 a 12 anos; Crianças de até 3 anos devem estar acompanhadas de seus respectivos responsáveis; Não devem existir brinquedos que instiguem a violência, como armas, facas, brinquedos de lutas e guerras, entre outros. Da mesma forma, sugere-se que os horários e a exibição de programas de televisão no abrigo sejam adequados às idades das crianças e que não tenham conteúdos que remetam a qualquer forma de violência. Conviver em abrigos nunca é uma situação ideal ou fácil. Para minimizar traumas do desastre, é essencial que o espaço no qual a família será inserido tenha a infraestrutura necessária para o cotidiano. Torna-se obrigação das administrações garantirem espaços adequados e confortáveis o suficiente para atender uma família após uma tragédia. Campanhas de doação Campanhas para auxiliar o poder público na arrecadação de doações destinadas às vítimas de um desastre precisam de orientação da Defesa Civil do município e devem ser organizadas por entidades e/ ou instituições credenciadas. Uma campanha mal planejada, ao invés de colaborar, poderá prejudicar as ações de assistência à população afetada. Para dar início a uma campanha durante e/ou após um desastre a organização precisa: Identificar junto à Defesa Civil quais são as necessidades atuais e futuras; Identificar que tipo de campanha é interessante para as necessidades apresentadas (campanhas junto a empresas privadas, sociais, nas escolas, de arrecadação de recursos financeiros, etc.); Além de saber o que é preciso arrecadar, também é preciso observar as quantidades necessárias de doações e os mecanismos para divulgação da campanha; É necessário planificar bem as campanhas e promover ações de conscientização da população para evitar que sejam doados objetos ou alimentos em estados inadequados, como roupas rasgadas, alimentos vencidos, sapatos furados ou muito



velhos, entre outros; Ao iniciar uma campanha é preciso prever por quanto tempo ela deve funcionar e avaliar se realmente a mesma vai trazer benefícios.

Importante: Alimentos de pronto-consumo, como barras de cereais, leite em pó, bolachas, entre outros, na fase inicial do desastre, costumam ser mais apropriados uma vez que os abrigos estão sendo estruturados e nem sempre há condições para a preparação de outros alimentos; Qualquer campanha de arrecadação de alimentos, além da orientação da Defesa Civil, deve contar com a orientação de um nutricionista; Uma campanha de doações deve avaliar, além das necessidades de arrecadação, a logística necessária para armazenamento, triagem e distribuição das doações que serão recebidas; Dependendo das características e magnitudes do desastre, campanhas de arrecadação de recursos financeiros costumam ser mais eficientes, pois, além de movimentar e fortalecer a economia local, agilizam a aquisição e a distribuição das necessidades; e garantem produtos de qualidade para os afetados. Nestes casos, as campanhas devem ser direcionadas para contas em nome do Fundo Municipal de Defesa Civil, podendo ser previstas no plano de contingência.

Recomendações para doações Campanha de alimentos - Os alimentos devem estar dentro do prazo de validade; - Todos os alimentos arrecadados devem ser não perecíveis; - Observar a integridade da embalagem. Campanha de colchões, cobertores, roupa de cama e travesseiros - Devem estar em bom estado de conservação e prontos para serem utilizados; - Devem estar limpos. Recomendações para arrecadação de roupas/calçados - As roupas/calçados devem estar limpos e em condições de uso; - Não podem estar rasgadas ou danificadas; - Os calçados devem estar completos, amarrados juntos; - A numeração deve ser marcada com caneta. Recomendações para arrecadação de utensílios domésticos - Os utensílios domésticos devem estar funcionando; - Devem estar em bom estado de conservação. Recomendações para arrecadação de produtos de limpeza - Não devem ser



aconicionados com alimentos e roupas para evitar contaminação; -  
Observar a integridade da embalagem. Fonte:  
[www.desastre.sc.gov.br](http://www.desastre.sc.gov.br)

Locais adequados para armazenar mantimentos e recursos humanos para fazer a triagem de doações e alimentos e para fazer a distribuição dos mesmos devem estar previstos no plano de contingência. Todas as necessidades de recursos e os meios de apoio disponíveis na comunidade devem constar no cadastro, que foi elaborado no período de normalidade. Entidades sociais, sob a coordenação da Defesa Civil Municipal, poderão organizar essas atividades, levando em consideração os seguintes pontos: Locais: O armazenamento de recursos materiais e alimentos deve ser feito em locais apropriados. Recursos humanos: As pessoas envolvidas nos trabalhos de recepção, triagem e distribuição de alimentos e recursos materiais devem ser previamente capacitadas para essas atividades e identificadas com camisetas ou crachás. Somente pessoas credenciadas poderão participar dessas atividades e ter acesso aos locais de armazenamento. Veículos: Os veículos utilizados para o transporte de alimentos e recursos materiais também deverão ser apropriados e, preferencialmente, identificados para facilitar o trânsito em áreas afetadas por desastre. Triagem: Ao fazer a triagem para distribuição de alimentos ou recursos materiais é preciso observar para onde eles serão encaminhados, para evitar excessos em alguns locais e carência em outros. A separação dos mantimentos deve ser feita da forma mais prática e organizada possível, facilitando a identificação dos recursos disponíveis. Preferencialmente, deve ser contabilizada a entrada e saída de todos os recursos. Roupas: Roupas e acessórios devem ser agrupados por tamanho e sexo. Uma maneira prática de fazer a distribuição de roupas e acessórios é através da promoção de brechós gratuitos nos abrigos, nos quais os desabrigados, de maneira organizada, poderão escolher uma quantidade determinada de peças, conforme seus gostos e necessidades.



**CONCLUSÃO** O voluntariado cresceu significativamente no Brasil e no mundo. Os primeiros esboços desta atividade em território brasileiro surgiram no início do século XVI. O voluntariado, antes visto como uma atividade religiosa e assistencialista, hoje, é um exemplo de solidariedade, profissionalismo e altruísmo. A pessoa dedica parte de seu tempo a uma causa que não é sua, mas sim da comunidade. Conquistas foram adquiridas durante este período. Atualmente, é regulamentada por legislação, responsabilidades, princípios e ética. A motivação de um voluntário varia de pessoa para pessoa, mas representa um momento importante e respeitável, a partir da decisão de auxiliar pessoas ou uma causa. As áreas de atuação do voluntário também se expandiram dos hospitais, escolas, creches e igrejas. O voluntariado, hoje, procura ajudar em muitas outras áreas de atuação, como educação, cultura, meio ambiente, saúde pública, entre outras, em parceria ou não com outras organizações privadas e/ou governamentais. O aumento na frequência de desastres naturais, causando dificuldade e até mesmo incapacidade de resposta do governo e da comunidade afetada, merece uma atenção especial de voluntários que precisam se organizar e se capacitar para que possam colaborar nessas situações. Quando ocorrem eventos adversos extremos, como o desastre de novembro de 2008, em Santa Catarina, o trabalho voluntário pode ser de grande valia ao ser realizado nos lugares corretos, por pessoas que entendem a atividade a ser realizada. O voluntário do Força Voluntária deve participar sempre de capacitações e eventos, presenciais ou online, e atualizar o seu cadastro; deve estar em contato permanente com a coordenação do Força Voluntária de seu município; manter sempre uma postura de alerta, buscando perceber os riscos, conforme o conteúdo apresentado neste Manual; e ainda atualizar sempre seus dados cadastrais, para que possa ser chamado pela Defesa Civil em situações de desastre. Este material destaca-se pela iniciativa inédita de aliar conceitos do voluntariado com as ações de defesa civil, para capacitar as pessoas interessadas em atuar nessa área. Quando ocorrer um desastre, o voluntário estará preparado para



agir de forma consciente e organizada perante uma situação de emergência. Ele somará esforços e ajudará a minimizar o impacto dos eventos adversos extremos na comunidade atingida. Sua dedicação é, e sempre será, muito valiosa e necessária.

**Referências** Cardoso, Ruth. “Fortalecimento da Sociedade Civil”. Em IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. GIFE/Paz e Terra. São Paulo, 1997. Conselho da Comunidade Solidária. Edição Especial, 1998. Fernandes, Ruben César. Privado Porém Público: O Terceiro Setor na América Latina. Relume - Dumará - Rio de Janeiro, 1994. Guia para Proteção de Crianças e Adolescentes em Situação de Emergência/ Fundo Comunitário de Reconstrução – Instituto Comunitário Grande Florianópolis – Santa Catarina, 2009. Instituto HSBC Solidariedade Comunidade: Manual do Voluntário/ Centro de Ação Voluntária de Curitiba de Curitiba e Instituto HSBC Solidariedade. Manual do Voluntário: Mesa Brasil SESC/Cláudia Márcia Santos Barros (coord.) – Rio de Janeiro, 2007. Manual de Procedimentos e gestão do voluntariado: Mesa Brasil SESC/ Cláudia Márcia Santos Barros (coord.) – Rio de Janeiro, 2007. Portal Voluntários On-Line: Uma Proposta Que Utiliza A Internet Como Ferramenta Principal Para Promover O Voluntariado.

Endereços Eletrônicos Consultados

[www.voluntariosonline.org.br](http://www.voluntariosonline.org.br)

[www.voluntariosemacao.org.br](http://www.voluntariosemacao.org.br)

[www.voluntariado.org.br](http://www.voluntariado.org.br)

[www.riovoluntario.org.br](http://www.riovoluntario.org.br)

[www.habitatbrasil.org.br](http://www.habitatbrasil.org.br)

<http://jornaldovoluntario.blogspot.com>

<http://arquivo.portaldovoluntario.org.br> [www.acaovoluntaria.org.br](http://www.acaovoluntaria.org.br)

[www.energiadobem.com.br](http://www.energiadobem.com.br) [www.ivoluntarios.org.br](http://www.ivoluntarios.org.br)

[www.cread2008.com.br](http://www.cread2008.com.br) [www.filantropia.org](http://www.filantropia.org)



[www.terceirosetor.org.br](http://www.terceirosetor.org.br) <http://www.espirito.org.br> [www.wstech.org](http://www.wstech.org)  
[www.pt.cisv.org](http://www.pt.cisv.org)